



Simulado Especial

TRF 5

Analista Judiciário

Área Judiciária

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRF-5 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRF-5**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/bE5eyFpQrnV6TtkC7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) | 13 - (A) (B) (C) (D) | 25 - (A) (B) (C) (D) | 37 - (A) (B) (C) (D) | 49 - (A) (B) (C) (D) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) | 14 - (A) (B) (C) (D) | 26 - (A) (B) (C) (D) | 38 - (A) (B) (C) (D) | 50 - (A) (B) (C) (D) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) | 15 - (A) (B) (C) (D) | 27 - (A) (B) (C) (D) | 39 - (A) (B) (C) (D) | 51 - (A) (B) (C) (D) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) | 16 - (A) (B) (C) (D) | 28 - (A) (B) (C) (D) | 40 - (A) (B) (C) (D) | 52 - (A) (B) (C) (D) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) | 17 - (A) (B) (C) (D) | 29 - (A) (B) (C) (D) | 41 - (A) (B) (C) (D) | 53 - (A) (B) (C) (D) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) | 18 - (A) (B) (C) (D) | 30 - (A) (B) (C) (D) | 42 - (A) (B) (C) (D) | 54 - (A) (B) (C) (D) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) | 19 - (A) (B) (C) (D) | 31 - (A) (B) (C) (D) | 43 - (A) (B) (C) (D) | 55 - (A) (B) (C) (D) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) | 20 - (A) (B) (C) (D) | 32 - (A) (B) (C) (D) | 44 - (A) (B) (C) (D) | 56 - (A) (B) (C) (D) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) | 21 - (A) (B) (C) (D) | 33 - (A) (B) (C) (D) | 45 - (A) (B) (C) (D) | 57 - (A) (B) (C) (D) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) | 22 - (A) (B) (C) (D) | 34 - (A) (B) (C) (D) | 46 - (A) (B) (C) (D) | 58 - (A) (B) (C) (D) |
| 11 - (A) (B) (C) (D) | 23 - (A) (B) (C) (D) | 35 - (A) (B) (C) (D) | 47 - (A) (B) (C) (D) | 59 - (A) (B) (C) (D) |
| 12 - (A) (B) (C) (D) | 24 - (A) (B) (C) (D) | 36 - (A) (B) (C) (D) | 48 - (A) (B) (C) (D) | 60 - (A) (B) (C) (D) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/WmeB>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

Distingo, no português histórico, dois períodos principais: o português antigo, que se escreveu até os primeiros anos do século XVI, e o português moderno. Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse período. E como não ficou estacionário o português moderno, denominou-se quinhentista, seiscentista, setecentista a linguagem própria a cada era. Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII. Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com rigor. Ignoram-se a data ou o momento exato do aparecimento de qualquer alteração linguística.

Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de fatos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno. Não podemos atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem, aptidões e autoridade para reformarem, a seu sabor, o idioma pátrio e sua gramática.

O século XVI, descerradas as cortinas que encobriam o espetáculo de novos mundos, e dada a facilidade de pôr a leitura das obras literárias ao alcance de todos, graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a

superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem. Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo. Trariam estes diálogos os característicos gramaticais do português antigo, se fosse este ainda o idioma corrente.

(M. Said Ali. Prólogo da Lexeologia do português histórico, 1.ª ed. 1921. Companhia Melhoramentos; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 17-8. Adaptado)

01. Segundo as ideias veiculadas no texto,

- a) O autor define rigidamente dois períodos históricos para o português
- b) As inovações do português surgem por meio da linguagem literária.
- c) As classes sociais mais altas não são alcançadas pelas mudanças linguísticas.
- d) A modernização da língua origina-se na fala.

02. O texto apresenta diversos trechos opinativos. Assinale a alternativa que apresenta uma opinião do autor.

- a) "Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572)" (1º parágrafo).
- b) "O século XVI, [...], graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem" (3º parágrafo).
- c) "Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo" (2º parágrafo).
- d) Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo (3º parágrafo)

03. O termo “sucumbe” (terceiro período do segundo parágrafo) está empregado no texto com o sentido de

- a) arquear-se
- b) expirar-se
- c) ceder
- d) esmorecer

04. Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto: "Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII" (1º parágrafo). Assinale a opção cuja proposta de reescrita, além de estar gramaticalmente correta, preserva os sentidos originais do texto.

- a) Destino a denominação de português contemporâneo a mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por sorte remontam ao século XVIII
- b) Reservo a denominação de português atual para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII
- c) Defendo a denominação de português moderno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII
- d) Defendo a denominação de português contemporâneo para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que eventualmente remontam ao século XVIII

05. Depreende-se do trecho “A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo,

sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente” exceto

- a) As inovações linguísticas podem ser estigmatizadas
- b) A escrita com desatenção pode reproduzir aspectos gramaticais da fala
- c) Em situações informais, a fala popular ganha mais espaço.
- d) A imitação da fala popular é uma forma de desprezo e preconceito.

06. No trecho "Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada", o sujeito da forma verbal destacada

- a) é simples ("a linguagem escrita")
- b) está posposto ("espelho fiel")
- c) está oculto
- d) está indeterminado

07. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) A partir de hoje, todas as publicações terão de ser analisadas antecipadamente.
- b) Era difícil ir a uma comemoração distante de minha casa.
- c) Em meio a sociedade capitalista, o importante é ter ou parecer ter.
- d) Os cuidados em relação a doenças transmissíveis devem ser os mesmos.

08. Assinale a alternativa cuja frase apresenta linguagem com sentido figurado.

- a) A mãe repreendeu o filho **com serenidade**.
- b) Na hora da prova, aquele grupo **saiu pela tangente**.
- c) A **luz amarelada** dos postes iluminava as ruas vazias.
- d) Todo profissional tem alguma **vaidade**.

09. Considere o texto a seguir:

I - João tanto gosta de estudar quanto gosta de trabalhar

II - Choveu o dia inteiro e a temperatura não caiu.

As expressões em destaque em I e II expressam respectivamente

- a) adição e adição
- b) comparação e adição
- c) adição e oposição
- d) comparação e oposição

10. Assinale a alternativa em que o termo entre parênteses substitui corretamente a expressão.

- a) fechou a janela (fechou-na)
- b) preciso de apoio (preciso-lhe)
- c) lembraram o caso (lembraram-no)
- d) fazer um bolo (fazer-lo)

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

11. A Lei nº 10.098/00 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Sobre a lei, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se pessoa com deficiência a pessoa que tem impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, de longo, médio ou pequeno prazo, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
- b) No mínimo 10% de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes nas vias públicas, parques e demais espaços de uso público, devem ser adaptados e identificados, tanto quanto

tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.

- c) Os eventos organizados em espaços públicos e privados em que haja instalação de banheiros químicos deverão contar com unidades acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, na proporção de 10%, sendo garantido ao menos uma unidade.
- d) A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo ou particular, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

12. Camila é uma mulher jovem e saudável, doadora de sangue. Ao chegar em um edifício público, pega uma senha destinada aqueles que possuem atendimento prioritário. Nessa situação:

- a) Camila incorreu em contravenção penal.
- b) São beneficiados pelo atendimento prioritário as pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue
- c) Os doadores de sangue terão direito a atendimento prioritário, mediante apresentação de comprovante de doação com validade de 180 dias.
- d) Os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas abarcadas pelo atendimento prioritário não terão o benefício estendido a elas.

13. No que diz respeito ao acesso ao Poder Judiciário às pessoas com deficiência, a Lei nº 13.146/15 trata do assunto em título específico, denotando a importância conferida à matéria. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.
- b) É obrigatório à pessoa com deficiência, dentro da ação judicial, a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
- c) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, de saúde e negocial
- d) Em casos de relevância e urgência, o juiz poderá, ouvido o Ministério Público e após requerimento do interessado, nomear, desde logo, curador definitivo.

coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

- c) Conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da Lei.
- d) Destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

14. A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos no Brasil.

Sobre essa norma, assinale a alternativa que traz o conceito de logística reversa.

- a) Conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.
- b) Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a

15. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.

Assinale a alternativa que não contempla um dos objetivos dispostos na lei que criou a política nacional mencionada:

- a) Fortalecer as remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional.
- b) Fortalecer as emissões de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes.
- c) Compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático.
- d) Consolidar a expansão de áreas legalmente protegidas.

16. Sobre a Resolução CJF nº 709, de 01 de junho de 2021, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal (PSJF), assinale a alternativa incorreta.

- a) A dimensão econômica é aquela com eficácia imediata, de caráter vinculante em razão do princípio constitucional da sustentabilidade, segundo o qual a geração atual tem o dever de preservar o direito à vida das futuras gerações.
- b) A Política de Sustentabilidade da Justiça Federal tem como diretrizes centrais a adoção de medidas econômicas e socioambientais que visem ao gerenciamento eficiente e eficaz de bens e serviços, à integração de novas tecnologias, à adoção de uma política de dimensões econômica, sociocultural, ambiental e jurídico-política no cumprimento da missão da Justiça Federal e a um menor impacto socioambiental.
- c) Elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos e destinação adequada de materiais

apreendidos em conformidade com toda a legislação correlata é um exemplo de medida sob a dimensão ambiental.

- d) Buscar a eficiência, a racionalidade e a qualidade do gasto público é um dos objetivos da PSJF.

ATOS NORMATIVOS

Géssica Ehle

17. Nos termos da Resolução no 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, não é considerado princípio por meio do qual a conduta dos destinatários do Código deverá ser pautada

- a) transparência
- b) legalidade
- c) moralidade
- d) lisura

18. De acordo com a Resolução no 147/2011 do Conselho da Justiça Federal, recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau NÃO poderão ser usados para atender a interesses

- a) econômicos particulares e públicos da instituição
- b) pessoais ou partidários, apenas.
- c) políticos, apenas.
- d) pessoais, políticos ou partidários.

19. A Resolução no 147/2011 do Conselho da Justiça Federal, dos destinatários do Código zelar pela integridade dos bens

- a) tangíveis, como as informações confidenciais em manuseio
- b) intangíveis, como os equipamentos e salas
- c) tangíveis e intangíveis, como as informações sensíveis
- d) bens corpóreos, apenas

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Antônio Daud

20. Em relação ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) referida Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de defesa nacional.
- b) consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.
- c) consentimento consiste na manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- d) o princípio da responsabilização e prestação de contas representa a utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

21. Sobre a Organização da Administração Pública é INCORRETO afirmar que:

- a) a Administração Direta é o conjunto de entidades com personalidade jurídica própria que integram as pessoas políticas ou federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício das atividades administrativas do Estado de forma descentralizada.
- b) as entidades da Administração Indireta não possuem autonomia política e estão vinculadas à Administração Direta.

- c) a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) na descentralização por serviços, o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica própria e a ela transfere a titularidade e a execução de determinado serviço público.

22. Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta:

- a) a ausência de motivação quando ela é obrigatória acarretará a nulidade do ato por vício de motivo.
- b) a autotutela diz respeito à capacidade da administração de controlar os seus próprios atos, revogando os atos ilegais.
- c) a convalidação gera efeitos irretroativos (*ex nunc*), uma vez que corrige o vício do ato desde a data de sua declaração.
- d) a revogação consiste na retirada do ato administrativo pelo Poder Público por razões de conveniência e oportunidade, sempre se relacionando ao atendimento do interesse público.

23. “As instâncias superiores são detentoras da prerrogativa de comando, assim como as instâncias inferiores possuem o dever de obediência, razão pela qual, estas se obrigam a cumprir com exatidão as atividades designadas pelos escalões superiores; todavia, os agentes subordinados não se submetem a todas as ordens, uma vez que as determinações posicionadas de forma manifesta e em contrariedade com a lei não devem ser cumpridas, nem observadas pelos agentes subordinados”. Tal passagem se relaciona diretamente com o exercício do denominado poder

- a) disciplinar.
- b) hierárquico.
- c) de polícia.
- d) discricionário.

24. Com base na Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Federais), analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F), conforme o caso.

- () Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
- () É de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- () A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- a) V-V-V.
- b) V-V-F.
- c) V-F-V.
- d) F-F-F.

25. No que se refere ao regime disciplinar do servidor público, conforme dispõe a Lei nº 8112/1990, assinale a alternativa que não apresenta uma das penalidades previstas em lei:

- a) advertência.
- b) demissão.
- c) cassação de aposentadoria.
- d) cassação dos direitos políticos.

26. Determinado ente federativo pretende locar um imóvel com características específicas de instalação e localização, tornando a escolha singular e vantajosa. Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei 14.133/2021:

- a) a contratação deverá ocorrer por meio de concorrência.
- b) é dispensável a licitação, independentemente do valor.
- c) é inexigível a licitação.
- d) a seleção deverá ocorrer por meio de pregão.

27. De acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC) sobre a duração dos contratos, assinale a alternativa correta:

- a) a Administração poderá celebrar contratos com prazo máximo de três anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.
- b) a Administração terá a opção de extinguir o contrato de serviços contínuos, sem ônus, quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- c) os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima quinquenal.
- d) é vedado à Administração estabelecer contratos com vigência indeterminada.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

28. Montesquieu (1689 – 1755), foi um filósofo e político francês que escreveu em sua obra: “Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder contenha o poder. Uma constituição pode ser tal que ninguém será obrigado a fazer as coisas a que a lei não o obrigue nem a não fazer as que a lei lhe permite”. (Montesquieu, O espírito das leis, Livro XI, Capítulo IV). Sobre a Divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) O poder do Estado é uno, indivisível, manifestando-se através de diferentes órgãos. Dessa sorte, o que se divide são as funções do Estado, não o poder, em três órgãos distintos.
- b) O Poder Legislativo, além de função normativa, exerce a função jurisdicional quando o Senado Federal julga o Presidente da República por crime de responsabilidade. Porém, não exerce função administrativa.
- c) A teoria do sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*) não foi adotada na Constituição Brasileira de 1988.
- d) O princípio da separação dos poderes está previsto na Constituição Brasileira de 1988, mas não é cláusula pétrea.

29. De acordo com as normas sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Nacional de Justiça tem sede na capital federal, mas não tem jurisdição, porque é órgão meramente administrativo destinado a promover o controle interno do Poder Judiciário.
- b) O Superior Tribunal de Justiça é o órgão máximo do Poder Judiciário e tem por função precípua a guarda da Constituição Federal.
- c) o Tribunal de Contas da União é órgão do Poder judiciário que faz controle de legalidade e não de jurisdição.
- d) A vitaliciedade assegura ao magistrado que a perda do cargo não poderá ocorrer por mera decisão administrativa, mas apenas por sentença judicial transitada em julgado. No primeiro grau, a vitaliciedade é adquirida após a posse no cargo.

30. Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) Os processos de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança e mandado de injunção têm procedimentos especiais. A ação popular, por sua vez, tem rito comum.
- b) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive o *habeas corpus*.
- c) Das ações constitucionais, as únicas que dispensam advogado é o *habeas corpus* e a ação popular.
- d) São gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção e ação popular.

31. Com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o entendimento do STF, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que haja autorização da autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) O estrangeiro, mesmo aquele sem domicílio no Brasil, tem direito a todas as prerrogativas básicas que lhe assegurem a preservação do *status libertatis* e a observância, pelo poder público, da cláusula constitucional do *due process*.
- c) Os estrangeiros residentes no país, uma vez atendidos os requisitos constitucionais, são beneficiários da assistência social, fazendo jus ao denominado benefício de prestação continuada (BPC).
- d) É legítima e não ofende o direito à vida nem, tampouco, a dignidade da pessoa humana a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias, obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados nesse procedimento.

32. João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.
- b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o

Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.

- c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.
- d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.

33. A respeito da democracia brasileira, aponte a alternativa INCORRETA.

- a) A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, instituiu um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos, entre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- b) O Brasil adota como regime político a democracia indireta, segundo a qual, embora a titularidade do poder seja do povo, seu exercício só se dá por meio de representantes eleitos.
- c) Plebiscito e referendo são formas de consultas diretas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.
- d) A Constituição Federal permite que sejam realizadas concomitantemente às eleições municipais consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais, desde que sejam encaminhadas à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.

34. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

35. Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) A impossibilidade inicial do objeto, se for relativa, acarreta anulabilidade do negócio jurídico.
- b) A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, salvo quando a lei a dispensar.
- c) No negócio jurídico celebrado com cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- d) As partes não poderão pactuar regras de interpretação dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

36. Com relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- b) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se se provar depois que não era credor.
- c) Se a obrigação tiver por objeto prestação divisível, o credor poderá ser obrigado a receber por partes.

d) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente.

37. Com relação ao contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- a) A compra e venda considerar-se-á obrigatória e perfeita a partir da tradição, se coisa vendida for móvel, e com o registro, se imóvel.
- b) Convencionada a venda sem fixação de preço, ou de critérios para sua determinação, não havendo tabelamento oficial, o contrato será nulo de pleno direito.
- c) Salvo cláusula em contrário, as despesas de tradição ficam a cargo do comprador.
- d) É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.

38. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O incapaz não pode ser responsabilizado pelos prejuízos que causar, por ele respondendo seus pais, tutores ou curadores.
- b) O proprietário de prédio, ou parte dele, ainda que não o habite, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- c) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, não poderá pleitear do autor direito à indenização.
- d) No caso de homicídio, a indenização inclui prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

39. Com relação ao penhor e à hipoteca, assinale a alternativa correta.

- a) Só aquele que pode alienar poderá empenhar ou hipotecar.
- b) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia, se esta compreender vários bens.
- c) O credor pignoratício tem direito de reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga, extinguindo-se esse direito decorridos 15 anos da data de sua constituição.
- d) É válida a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

40. Sobre as Normas Fundamentais do Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
- b) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.
- c) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, com exceção única das hipóteses de tutela de urgência e evidência.
- d) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão, não aplicando a regra aos processos criminais, nos órgãos jurisdicionais que tenham competência penal.

41. A parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil. Sobre os procuradores dentro do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, ainda que para praticar ato considerado urgente.
- b) A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive para firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica.
- c) A procuração outorgada na fase de conhecimento é eficaz até o trânsito em julgado do processo.
- d) O advogado tem direito a examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, mesmo sem procuração, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação, assegurados a obtenção de cópias e o registro de anotações, salvo na hipótese de segredo de justiça, nas quais apenas o advogado constituído terá acesso aos autos.

42. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Sobre os prazos no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração ao número de litigantes no ato.
- b) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 horas.
- c) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- d) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ainda que alegada justa causa.

43. Sobre a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, assinale a alternativa correta:

- a) Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 dias.
- b) O réu será citado para, no prazo de 5 dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir. Contestado o pedido no prazo legal, não deverá ser observado o procedimento comum.
- c) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- d) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se o autor não deduzir o pedido principal no prazo de 15 dias.

44. Sobre o saneamento e organização do processo, assinale a alternativa incorreta:

- a) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- b) Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.
- c) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 8, sendo 2 no máximo, para a prova de cada fato.
- d) As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de direito relevantes para a decisão do mérito, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

45. No dia 23 de agosto, Pedro e Paulo, servidores da Advocacia-Geral da União, decidiram cometer condutas proibidas pelo Código Penal Brasileiro. Pedro intimidou e exigiu indevidamente dinheiro para si, prometendo conceder vantagem a um administrado que não tinha direito. Enquanto isso, Paulo, sem receber qualquer benefício financeiro ou vantagem, deixou de realizar uma obrigação, atendendo ao pedido de seu amigo José. Assinale a alternativa que identifica corretamente os crimes praticados por Pedro e Paulo, respectivamente:

- a) Concussão e prevaricação.
- b) Corrupção passiva e prevaricação.
- c) Concussão e corrupção passiva privilegiada.
- d) Corrupção passiva e corrupção passiva privilegiada.

46. O Código Penal prevê diversos crimes contra a administração da justiça. Sobre tal espécie de crime, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de denúncia caluniosa só ocorre se o autor do fato der causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente.
- b) O crime de denúncia caluniosa é de natureza formal e, portanto, consuma-se ainda que não haja a instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente.
- c) Não há crime na conduta do agente que provoca a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou contravenção que sabe não se ter verificado, pois é dever da autoridade policial a investigação de qualquer *notitia criminis*.
- d) Acusar-se, perante a autoridade, de contravenção penal inexistente ou praticada por outrem é crime tipificado no código penal.

47. Sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

- a) a prisão em flagrante pode ser relaxada pela autoridade policial em casos de infrações punidas com detenção ou prisão simples.
- b) Dentro de 24h (vinte e quatro horas) depois da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para Defensoria Pública.
- c) A falta de testemunhas da infração penal não impede a lavratura da prisão em flagrante,

devendo o condutor prestar o compromisso legal para o ato.

- d) Considera-se em flagrante presumido quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

48. No que tange a ação penal, julgue os itens a seguir.

- I- A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- II- É possível acordo de não persecução penal em casos de violência envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, se o agente confessar formalmente a prática de crimes com infração menor a 4 anos, desde que sem violência ou grave ameaça,
- III- O Ministério Público não poderá desistir da ação penal, mesmo em caso de existência manifesta de causa excludente da ilicitude.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Rubens Maurício*

49. Marlete é motorista de ônibus rodoviário interestadual e contribuía regularmente para o custeio do Regime Geral de Previdência Social, quando, em agosto de 2024, faleceu. Ela era viúva e morava com sua mãe, Madalena, inválida, de 88 anos de idade, e com suas três filhas: Renata, de 20 anos de idade; Roberta, de 21 anos de idade; e Rita, de 22 anos de idade. Renata e Roberta são solteiras, estudantes universitárias não emancipadas e não possuem qualquer invalidez ou deficiência. Rita é pessoa com invalidez permanente desde os 19 anos de idade. Marlete era provedora de sua mãe e de todas as filhas, pois nenhuma delas possuía qualquer fonte de renda.

Na situação hipotética apresentada, de acordo com a Lei 8.213/91 e o Decreto 3.048/99, a pensão por morte de Marlete,

- a) será devida apenas a Renata e Roberta.
- b) será devida tanto à sua mãe quanto a todas as filhas.
- c) será devida apenas a Renata e Rita.
- d) será devida a Renata, Roberta e Rita.

50. Simone, 62 anos de idade, nunca trabalhou e é segurada facultativa do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Uma vez cumprido o período de carência exigido e após ter contribuído por 15 anos ao RGPS, terá direito à aposentadoria programada, cujo valor da renda mensal corresponderá a:

- a) 70% do salário de benefício, com acréscimo de 1% para cada ano de contribuição.
- b) 50% do salário de benefício, com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de quinze anos de contribuição.
- c) 60% do salário de benefício, com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição.
- d) exatamente 60% do salário de benefício, pois possui apenas 15 anos de contribuição.

51. Felipe Luccas ajuizou ação trabalhista contra a empresa em que laborava, como escritor de palavras-cruzadas, pleiteando a conversão da justa causa em despedida imotivada e o pagamento de verbas trabalhistas. Por ocasião da sentença, houve a reversão da justa causa para despedida imotivada, além da condenação ao pagamento das parcelas salariais e indenizatórias. Com base no relato acima, considerando a Lei nº 8.212/1991 e a Jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, haverá incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador na seguinte parcela:

- a) diárias para viagens;
- b) salário-maternidade;
- c) décimo terceiro salário;
- d) terço constitucional de férias indenizadas.

52. Gleisi, 59 anos de idade, moradora de Jundiaí/SP, professora do ensino fundamental, casada com Dorival, mãe de 2 filhos, é segurada empregada filiada ao RGPS, possuindo 25 anos ininterruptos de contribuição em efetivo exercício na função de magistério da educação básica, não havendo qualquer outra contribuição previdenciária recolhida. Diante do exposto, podemos afirmar que:

- a) independentemente do cumprimento de carência, poderá ser concedida aposentadoria programada do professor a Gleisi, pois ela possui mais de 55 anos de idade e 20 anos de contribuição, que são os requisitos exigidos para a concessão do mencionado benefício.
- b) Gleisi não preenche os requisitos para a aposentadoria programada do professor, por não ter a idade mínima exigida pela legislação.
- c) uma vez cumprida a carência, poderá ser concedida aposentadoria programada do professor a Gleisi, cuja renda mensal inicial será 80% do salário de benefício.
- d) Somente quando Gleisi completar 60 anos de idade e, pelo menos, 25 anos de contribuição, terá direito a uma aposentadoria programada do professor, cuja renda mensal inicial será 100% do salário de benefício.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

53. Sobre a responsabilidade tributária prevista no Código Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () A pessoa jurídica de direito privado que resulta de fusão é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas.
 - () Como regra, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável.
 - () O adquirente de fundo de comércio responde pelos tributos relativos ao fundo adquirido apenas se o alienante cessar a exploração da atividade.
- a) V, F, V
 - b) V, V, F
 - c) F, V, F
 - d) F, F, V

54. Considerando as disposições sobre a moratória e o parcelamento no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A moratória pode ser concedida em caráter geral ou individual, sendo neste último caso efetivada por despacho da autoridade administrativa.
- b) O parcelamento do crédito tributário, salvo disposição de lei em contrário, não exclui a incidência de juros e multas.
- c) A moratória abrange créditos constituídos definitivamente até a data da concessão, salvo disposição de lei em contrário.
- d) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido para o beneficiário.

55. Considerando as disposições do imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme a Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária), assinale a alternativa incorreta:

- a) O imposto incidirá sobre a importação de bens materiais ou bens imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto.
- b) Cada ente federativo poderá fixar sua alíquota própria por meio de lei específica, que poderá variar conforme o tipo de operação com o bem ou serviço a ser tributado.
- c) O imposto não incidirá sobre as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- d) Resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa.

56. Considerando as disposições da Constituição Federal sobre a repartição de receitas tributárias, assinale a alternativa correta quanto ao percentual pertencente aos Estados e ao Distrito Federal do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência residual, prevista no art. 154, I:

- a) 15%
- b) 20%
- c) 25%
- d) 30%

DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

57. Considerando o regime de responsabilidade objetiva no direito do consumidor, assinale a alternativa correta quanto às excludentes de

responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto:

- a) A responsabilidade do fornecedor será excluída se ele provar que o produto foi utilizado de forma imprópria pelo consumidor, ainda que não tenha fornecido informações suficientes sobre o uso adequado.
- b) A responsabilidade poderá ser afastada caso o fornecedor demonstre que a culpa exclusiva de terceiro foi a causa do defeito no produto, mesmo que o consumidor não seja capaz de identificar o defeito antes da compra.
- c) O fornecedor poderá exonerar-se de responsabilidade caso comprove que o defeito não existia no momento em que o produto saiu de seu controle, sendo necessário provar a inexistência do nexo causal entre o produto e o dano.
- d) A responsabilidade do fornecedor será excluída caso ele demonstre que o consumidor teve ciência do defeito e ainda assim optou por utilizar o produto, desde que o defeito não fosse oculto.

58. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, no que se refere à qualidade de produtos e serviços, assinale a alternativa correta:

- a) Produtos duráveis e não duráveis devem ser consertados ou substituídos pelo fornecedor no prazo de 90 dias, independentemente da data em que o defeito foi constatado pelo consumidor.
- b) O fornecedor responde pela qualidade do produto apenas se houver expressa menção da garantia contratual no momento da compra.
- c) Produtos e serviços colocados no mercado devem atender às expectativas legítimas do consumidor, incluindo aspectos de segurança e durabilidade, independentemente da garantia contratual.
- d) A falta de informações claras sobre a composição de um produto não é considerada uma violação do direito à qualidade, desde que o produto funcione adequadamente.

59. No âmbito do Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade por vício do serviço é caracterizada quando:

- a) O serviço é realizado conforme o contrato, mas o consumidor não fica satisfeito com o resultado final, mesmo sem especificar previamente suas expectativas.
- b) O prestador de serviços se responsabiliza apenas pelos vícios aparentes, sendo o consumidor obrigado a identificar esses vícios no momento da prestação do serviço.
- c) O serviço prestado apresenta vício que o torna inadequado ao fim a que se destina, podendo o consumidor exigir a reexecução do serviço, a restituição da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço.
- d) O prestador do serviço pode exonerar-se de responsabilidade se o vício tiver sido causado pela falta de manutenção por parte do consumidor após a prestação do serviço, sendo um ônus do consumidor comprovar que o vício já existia.

60. Não é considerada uma prática abusiva por parte de fornecedores de produtos ou serviços:

- a) enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;
 - b) exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;
 - c) recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;
 - d) estipular prazo para cumprimento de sua obrigação para além de 10 (dez) dias.
-

Discursiva

Texto I

Com calor extremo, acesso à água é desafio para quem vive na rua

Pessoas em situação de rua sofrem com a dificuldade de acesso à água em dias de calor extremo em São Paulo, mas, além de ações emergenciais, é preciso pensar em adaptar as cidades para os eventos extremos do clima.

Esta semana, os termômetros ultrapassaram os 35° C e a umidade relativa do ar ficou abaixo de 35% na capital paulista. Desde a quarta-feira (27), o tempo virou. Choveu forte em São Paulo e houve mudanças drásticas de temperatura. Nesta quinta-feira (28), a máxima não passou de 17° C.

Encontrar água para beber e sombra para se esconder do sol foi um desafio para as mais de 53 mil pessoas que vivem em situação de rua em São Paulo, de acordo com Levantamento do Observatório Polos de Cidadania, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trata-se de uma população maior que a de quase 90% das cidades brasileiras, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 09/2023.)

Texto II

População em situação de rua cresceu nas últimas décadas

Um em cada mil brasileiros vive nas ruas. O dado é do relatório População em Situação de Rua elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

(Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil>. Acesso em: 09/2023.)

Texto III

LEI Nº 14.821, DE 16 DE JANEIRO DE 2024

Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua), destinada a promover os direitos humanos de pessoas em situação de rua ao trabalho, à renda, à qualificação profissional e à elevação da escolaridade.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que tem em comum a falta de moradia e utiliza os logradouros públicos como espaço de moradia e de sustento, bem como as unidades de acolhimento institucional para pernoite eventual ou provisório, podendo tal condição estar associada a outras vulnerabilidades como a pobreza e os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.

<https://www.planalto.gov.br>

Produza uma dissertação, com base nos textos motivadores, tendo como tema: "**Vulnerabilidade de pessoas em situação de rua, um desafio social**".

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
